



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E APLICADA
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO PÚBLICA (UAB)

JOSÉ HAMILTON ARINS CALINO

GESTÃO LOGÍSTICA NO TFD – TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO
SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MAFRA – SC.

RIO NEGRO - PR.
2016

JOSÉ HAMILTON ARINS CALINO

GESTÃO LOGÍSTICA NO TFD – TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO
SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MAFRA – SC.

Trabalho Final apresentado a UFPR para obtenção do
curso de Pos-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública

Professor Orientador: Guilherme Francisco Frederico

RIO NEGRO - PR.
2016

TERMO DE APROVAÇÃO

JOSÉ HAMILTON ARINS CALINO

**GESTÃO LOGÍSTICA NO TFD – TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO
SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MAFRA – SC.**

Trabalho apresentado como requisito final do Curso de Gestão Pública, pela seguinte banca examinadora:

Professor Orientador: Guilherme Fracisco Frederico
Orientador – Setor
Universidade Federal do Paraná, UFPR.

Aos meus pais e em especial a minha namorada que sem seu incentivo e por acreditar em meu potencial me guiando não teria chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Guilherme Francisco Frederico, por seu desprendimento, amizade, orientação, dedicação e simpática ao meu sucesso.

A Universidade Federal do Paraná, UFPR pela oportunidade dada pelo curso oferecido e por toda a estrutura e mobilidade oferecida para o bom desempenho e sucesso nesta Pós.

Aos funcionários que nos deram o suporte burocrático para que todas as etapas legais, documentais, estruturais e de atendimento as necessidades surgidas durante este percurso.

A minha tutora presencial Giovana Andrea Zanini Kundlatsch (Tutora Presencial), acompanhando tanto on-line quanto em minhas idas e vindas ao Campus de Curitiba da UFPR e lá estando dando todo o suporte e ajuda para que tudo desse certo.

Ao polo Rio Negro – PR que com seus espaços me proporcionou local adequado para nossos encontros quando em minha cidade para as orientações e encontros necessários.

RESUMO

Este trabalho visa e enfoca o serviço prestado aos munícipes de Mafra – SC, cidade de aproximadamente 55 mil habitantes, 110 km de Curitiba – PR, 308 km de Florianópolis, duas capitais importantes dos dois Estados do Paraná e Santa Catarina. Visa mostrar a logística e despesas envolvidas no Transporte Fora de Domicílio que todos os dias transportam os pacientes para todos os cantos de Santa Catarina e Paraná, não se restringindo apenas a estes dois Estados, hoje a saúde não tem fronteiras definidas, indo onde houver atendimento e tratamento das mais diferentes situações e enfermidades como também consultas necessárias a aqueles que precisam.

A Secretaria de Administração juntamente com a Secretaria de Saúde da cidade viram neste trabalho segundo o Secretário de Administração, uma oportunidade através da coleta de informações junto aos Recursos Humanos, Setor de Logística, a oportunidade de desenvolver melhorias, mudar itinerários, racionalizar o uso de veículos, recursos financeiro e pessoal para melhorar o atendimento da população.

A coleta de dados foi feita nas diversas áreas relacionadas e responsáveis pelo transporte das pessoas, como área responsável pelos motoristas e veículos, onde através de tabelas foram levantados dados como: números de deslocamentos, números de pacientes transportados, Km rodados, despesas de combustível, manutenção dos veículos, quais veículos utilizados, rotas.

Após todos estes dados levantados serão feitas as devidas demonstrações, análises e sugestões através de casos estudados e com as informações coletados para atender a melhoria da qualidade.

Palavra – chave: Tratamento Fora de Domicílio, Sistema Único de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde de Mafra – SC.

ABSTRACT

This work aims and focuses on the service provided to citizens of Mafra - SC, a city of approximately 55,000 inhabitants, 110 km from Curitiba - PR, 308 km from Florianopolis, two important capitals of the two states of Parana and Santa Catarina. It aims to show the logistics and costs involved in transportation Outside Domicile that every day transport patients to every corner of Santa Catarina and Parana, not restricted to these two states, today health has not set boundaries, go where there is care and treatment of the most different situations and diseases as well as consultations necessary for those in need.

The Department of Administration along with the city Department of Health saw this work according to the Secretary of Administration an opportunity by collecting information from the Human Resources, Logistics, the opportunity to develop improvements, change itineraries, streamlining the use of vehicles, financial and personnel resources to improve care of the population.

Data collection was made in several areas related to and responsible for the transport of people, as the area responsible for drivers and vehicles, where through tables data were collected as displacement numbers, transported patients numbers, Km rotated, fuel costs, maintenance of vehicles, including used vehicles, routes.

After all these data collected the necessary statements will be made, analyzes and suggestions through case studies and the information collected to meet quality improvement.

Word - key: Treatment Out of Domicile, Health System, Municipal Health Mafra - SC.

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| TABELA 1 – Tabela de Procedimentos..... | 25 |
| TABELA 2 – Vencimentos, H. Extras e Diárias em 2015 | 27 |
| TABELA 3 – Níveis Salariais | 28 |
| TABELA 4 – Descrição dos Veículos. | 32 |
| TABELA 5 – Deslocamentos de Pacientes em Carro Oficial para TFD em 2015..... | 32 |

LISTA DE ABREVIACOES

SMS - Secretaria Municipal de Saúde

TFD – Tratamento Fora de Domicílio

UFPR – Universidade Federal do Paraná

PTFD - Pedido de Tratamento Fora de Domicílio

GPSM - Gestão Plena do Sistema Municipal

GPAB - Gestão Plena da Ateno Básica

TFD/DDASS - Comissão Regional informa a Central de

LISTA DOS SÍMBOLOS

@ - arroba

<http://www> – Acesso páginas no navegador

% - Porcentagem

§ - Parágrafo

” - Aspas

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 1.1 PROBLEMA DA PESQUISA | 13 |
| 1.2 OBJETIVOS | 13 |
| 1.2.1 Objetivo Específico..... | 13 |
| 1.3 JUSTIFICATIVAS DO PROJETO TÉCNICO..... | 13 |
| 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 14 |
| 2.1 LOGÍSTICA | 14 |
| 2.1.1 Custos Logísticos | 16 |
| 2.1.2 Custos Diretos e indiretos | 16 |
| 2.1.3 Custos Fixos e Variáveis | 17 |
| 2.2 DESPESAS | 18 |
| 2.3 MODAL RODOVIÁRIO..... | 18 |
| 2.4 ROTEIRIZAÇÃO | 19 |
| 3. DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA | 20 |
| 3.1 TFD - TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO | 20 |
| 3.2 COLETA DE DADOS | 23 |
| 3.3 DAS DESPESAS DP TFD..... | 23 |
| 3.3.1 Das Despesas Intraestaduais..... | 24 |
| 3.3.2 Das Despesas Interestaduais..... | 24 |
| 3.3.3 Das Despesas com Óbitos | 25 |
| 3.3.4 Do Reembolso..... | 26 |
| 3.3.5 Recursos Humanos | 27 |
| 3.4.SISTEMA DE INFORMAÇÃO LOGÍSTICA E TECNOLOGIA..... | 28 |
| 3.4.1 Gestão e a Tecnologia da Inofrmação | 28 |
| 3.5 Transporte | 31 |
| 3.5.1 Veículos..... | 31 |
| 4 PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO – PROBLEMA | 36 |
| 4.1 PROPOSTA TÉCNICA..... | 36 |
| 4.1.1 Plano de Implantação..... | 36 |
| 4.1.2 Recursos | 36 |
| 4.1.3 Resultados Esperados | 36 |

| | |
|---|-----------|
| 4.1.4 Riscos ou Problemas esperados e medidas preventivo-corretivas | 36 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 37 |
| 6 REFERÊNCIAS..... | 38 |

1 INTRODUÇÃO

A partir de uma necessidade de levantamento de custos operacionais logísticos por parte da Secretaria de Administração, mostrou-se problemático e de certa forma imprescindível por parte desta secretaria o levantamento objetivos das implicações dos custos diversos envolvidos no setor de TFD – Tratamento Fora de Domicilio vinculado a Secretaria Municipal de Saúde de Mafra.

Nos últimos anos, o Brasil vem apresentando um novo padrão de desenvolvimento que se caracteriza pela redução da taxa de crescimento populacional e por transformações profundas na composição de sua estrutura etária, com um significativo aumento do contingente de idosos. Estas modificações têm apresentado mudanças importantes na saúde do povo brasileiro.

O repasse de recursos ou cofinanciamento (financiamento de forma compartilhada onde os dois órgãos se responsabilizam pela mesma obrigação) dos serviços da assistência social ao município realizados na modalidade Fundo a Fundo (Fundo Nacional de Assistência Social para os Fundos de Assistência Social municipais, estaduais e do DF), de acordo com os níveis de gestão do SUAS – Sistema Único de Assistência Social (Inicial Básica e Plena). O cofinanciamento federal foi estabelecido pela Lei Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei 12.435, de 06 de julho de 2011. O repasse na modalidade “fundo a fundo” foi disciplinado pela Lei nº 9.604, de 05 de fevereiro de 1998. São essas as principais normas que regulam a matéria. Os normativos estão disponíveis no portal do MDS - www.mds.gov.br – no seguinte caminho: Assistência Social – Financiamento - Legislação.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Após o conhecimento dos procedimentos quanto a solução de alguns tratamentos médicos com certo grau de complexidade e especificação gerou o seguinte questionamento: Como otimizar todo o processo do transporte do TFD?

1.2. OBJETIVOS

Analisar, verificar e acompanhar a logística e todo o processo no transporte de pacientes fora de domicílio nas várias áreas de especialidade e respectivo encaminhamento dos mesmos aos destinos para acompanhamento, consultas e tratamentos determinados pelos especialistas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do município de Mafra-SC.

1.2.1 Objetivo Específico:

- a) Em virtude dos altos custos fazer um levantamento de informações para conhecer os processos logísticos empregados, pessoas envolvidas, meios de transporte e respectivas conclusões.

- b) Analisar em cada parte do processo logístico as formas e processos de planejamento e controle logísticos empregado: formulários, registros ou de softwares;

- c) Propor ações corretivas no ciclo logístico, referentes a planejamento, e controle, para aperfeiçoar a utilização dos recursos aplicados na Secretaria de Saúde.

1.3 JUSTIFICATIVAS DO PROJETO TÉCNICO

O estudo leva ao conhecimento do processo logístico envolvido neste setor onde o transporte dos pacientes tem suma importância no que diz respeito ao tratamento das pessoas envolvidas, verificando se os recursos estão bem utilizados.

Esta análise e o levantamento dos dados nos ajudarão no processo de identificação das condições de transporte (veículos, etc.), condições de trabalho dos funcionários públicos envolvidos, meios à disposição dos mesmos, horários, escalas, condições dos veículos, se os recursos financeiros são suficientes, se estão sendo

bem utilizados, se não há desperdícios e no que se pode melhorar.

Embora exista no momento um início de organização, controle e levantamento de custos, mostra-se primário e insuficiente diante da enorme demanda e complexidade que em muitos momentos se deparam.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

A Fundamentação teórica é uma apresentação de ideias de diversos autores e obras, os quais têm relação com o tema do trabalho, oferecendo suporte para os estudos e análises dos dados coletados.

Na Fundamentação Teórica serão apresentados assuntos relacionados ao tema, iniciando primeiramente em um contexto geral, até chegar ao ponto específico que compõe o trabalho.

De acordo com Mello, “a fundamentação teórica apresentada deve servir de base para a análise e interpretação dos dados coletados na fase de elaboração do relatório final. Dessa forma, os dados apresentados devem ser interpretados à luz das teorias existentes” (Mello, 2006, p. 86).

A fundamentação teórica é utilizada em dois momentos: na redação do projeto e na redação final da monografia, dissertar sobre a tese. Na elaboração trabalho, muitas vezes, não se tem a ideia para que caminhos vão os conteúdos. Durante o processo de pesquisa percebemos onde colocar as informações, autores a ser utilizado separando os importantes. Nesta hora a participação do Orientador é fundamental para orientar o aluno em quais autores e textos devem dedicar mais sua atenção.

Nos capítulos da revisão da literatura – pois cada capítulo tem o seu – incluem-se tudo o que é importante para “esclarecer e justificar o problema em estudo e o que servir para orientar o método do trabalho e os procedimentos de coleta e análise de dados” (MELLO, 2006, p. 87).

2.1. LOGISTICA

A palavra logística é de origem francesa “logistique”, do verbo grego loger, que significa alojar. O termo é de origem militar e significa a arte de transportar, abastecer e alojar tropas. Com o passar do tempo, o significado foi se tornando mais

amplo, passando a abranger outras áreas como a gerência de estoques, armazenagem e movimentação (Journet, 1998 apud GELOG).

Em sua origem, o conceito de logística esteve essencialmente ligado às operações militares. Ao decidir avançar suas tropas, seguindo uma determinada estratégia militar, os generais precisavam ter, sob suas ordens, uma equipe que providenciasse o deslocamento, na hora certa, de munição, víveres, equipamentos e socorro médico para o campo de batalha (Novaes, 2007).

O conceito de que a logística é essencial ao marketing, segundo o autor a disponibilidade, pronta entrega e atendimentos corretos dos pedidos são apenas alguns dos serviços que agradam ao cliente, e vendas são geradas por bons serviços. Tais serviços são gerados pela logística. Assim sendo, a logística possui uma interface e um relacionamento estreito com a área de Marketing. O Council of Supply Chain Management Profissionais (CSCMP) (2006), órgão de pesquisa sobre o gerenciamento da cadeia de suprimentos nos Estados Unidos, demonstra um conceito mais detalhado sobre logística (Bailou, 1993, p. 49).

Logística é o processo de planejar, implementar e controlar de maneira eficiente o fluxo e a armazenagem de produtos, bem como serviços e informações associadas, cobrindo desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o objetivo de atender aos requisitos dos consumidores.

Ainda que, tendo se originado e ganho importância, primeiramente, em um meio onde superar as restrições de tempo e lugar eram fundamentais para o sucesso da estratégia, a logística, ainda hoje é apresentada nos dicionários como uma atividade de apoio aos militares (Detoni, 2003).

Como primeiro registro do pensamento logístico destaca-se o tratado de Sun Tzu sobre a arte da guerra, escrito a cerca de 500 anos A.C. Diversos trechos do tratado ressaltam a importância da função logística, pela utilização de expressões como suprimentos ou abastecimentos (Detoni, 2003).

Em sua origem, o conceito de logística esteve essencialmente ligado às operações militares. Ao decidir avançar suas tropas, seguindo uma determinada estratégia militar, os generais precisavam ter, sob suas ordens, uma equipe que providenciasse o deslocamento, na hora certa, de munição, víveres, equipamentos e socorro médico para o campo de batalha (Novaes, 2007).

Para que uma empresa seja bem sucedida, a estratégia logística e a estratégia competitiva devem estar alinhadas, ou seja, ambas devem convergir para os mesmos objetivos. Se esse alinhamento não é alcançado, surgem conflitos entre os diferentes objetivos funcionais (Chopa e Meindl, 2003, p.27).

A logística integrada é vista como a competência que vincula a empresa a seus clientes e fornecedores. As informações recebidas de clientes e sobre eles fluem pela empresa na forma de atividades de vendas, previsões e pedidos. As informações são filtradas em planos específicos de compras e de produção. No momento do suprimento de produtos e materiais, é iniciado um fluxo de bens de valor agregado que resulta, por fim, na transferência de propriedade de produtos acabados aos clientes (BOWERSOX, 2001, p.43).

2.1.1 Custos Logísticos

Os custos logísticos são um fator-chave para estimular o comércio. O comércio entre países e entre regiões de um mesmo país é frequentemente determinado pelo fato de que diferenças nos custos de produção podem mais do que compensar os custos logísticos necessários para o transporte entre essas regiões (Rosa, 2007).

2.1.2 Custos Diretos e indiretos

Segundo Faria (2003), os custos logísticos podem ser classificados em:

Custos Diretos são aqueles que podem ser diretamente apropriados a cada tipo de objeto, no momento de sua ocorrência, tal como os custos de transportes de processo de entrega, para determinado cliente.

Custos Indiretos são os que não podem apropriar diretamente a cada tipo de objeto no momento de sua ocorrência, tal como os custos com a tecnologia de informação utilizada em um processo logístico que atenda diversos clientes.

Segundo Martins (2008), alguns custos de natureza predominantemente direta podem ser tratados como Custos Indiretos considerando a irrelevância, dificuldades de medição ou até mesmo no interesse da empresa em ser mais ou

menos rigorosa em suas informações. Martins (2008), também classifica os Custos em Fixos e Variáveis:

2.1.3 Custos Fixos e Variáveis

Custos Fixos são aqueles cujo montante independe do volume, dentro de determinado limite de produção em determinado período. Os gastos podem variar nos diversos períodos, mas são constantes em relação ao comportamento da produção. Acrescentam que na logística, podem ser citados os custos com armazenagem própria, contemplando a depreciação dos ativos logísticos, os gastos com a mão de obra mensalista e outros gastos gerais (Brito Jr, 2004).

Custos Variáveis são aqueles cujo montante varia acompanhando o volume de atividade, dentro de certo período. Brito Jr (2004) salienta que conhecer os custos 28 variáveis auxilia em muitas decisões de curto prazo, tal como o ajuste do composto de produtos em face das condições operacionais e de mercado existentes.

A logística é um conceito que vai ao encontro da busca de ganhos de competitividade e aos níveis de custos reduzidos, em função do desafio global e da necessidade de agir de modo rápido. Um dos principais desafios da logística é agregar valor ao cliente com redução de custo (Faria; Costa, 2007).

Muitas empresas envolvidas no cotidiano das operações de transporte têm reduzido seus custos entre 10% a 15% com o uso da análise de transportes, tática ou estratégica. Na medida em que os clientes continuam a exigir pedidos menores, a análise dos transportes torna-se ainda mais imprescindível nas decisões de roteirização, de programação e consolidação (Melo, 2001),.

Segundo Faria e Costa (2005), indicadores de desempenho, bem como sua forma de comunicação, servem para dar perspicácia direta aos elementos essenciais do processo de gestão, o que é, particularmente, importante na logística, em que um bom controle requer medidas que relacionem tempo, lugar, quantidade, qualidade e custos. Indicadores de desempenho, é um meio para se analisar o cumprimento dos objetivos previamente traçados pelo planejamento estratégico.

2.2 DESPESAS

O TFD pode ser responsável pela despesas relativas a transporte aéreo, terrestre e fluvial, diárias para pernoite e ajuda de custo para alimentação para paciente e acompanhante (se houver), bem como as despesas com preparação e traslado do corpo, em caso de óbito em TFD;

A Secretaria de Estado da Saúde poderá reembolsar ao paciente as despesas com diárias e passagens nos deslocamentos para fora do estado, quando se tratar de casos de comprovada urgência, sem que haja tempo hábil para formalizar a devida solicitação, o que deverá ser providenciado após o retorno e encaminhado via Gerência Regional de Saúde, caso o paciente possua o processo de TFD autorizado previamente.

2.3 MODAL RODOVIARIO

O transporte está diretamente ligado à distribuição física, pois quando alguém necessita realizar uma distribuição, deverá decidir por qual modal viário ela será transportada. Entende-se por modal, a forma de transportar produtos, seja por meio de transporte rodoviário, ferroviário, hidroviário, aeroviário ou duto viário. O transporte é um considerável elemento de custo em toda a atividade comercial, ainda mais em um país com as dimensões continentais do Brasil. O objetivo da distribuição física é a máxima qualidade nos serviços de transportes, pagando o menor preço possível e otimizando o investimento em estoque de produto acabado. Para Castro (1995, p. 2):

A experiência histórica demonstra que os transportes geram significativos efeitos multiplicadores e externalidades capazes de desencadear forças expansivas nos demais setores da economia. Foi assim na Europa, na primeira metade do século XIX, com a introdução do barco a vapor e a expansão da rede de canais; e principalmente na Europa e Estados Unidos, na segunda metade daquele século, com a expansão ferroviária.

O transporte é o elemento mais importante quando se trata da questão dos custos logísticos, podendo representar de um a dois terços do total de custos. Bowesox et al (2006, p. 51) também acredita que o transporte é de importância fundamental na cadeia logística e de suprimentos e que, assim sendo, nos últimos

anos, as empresas de pequeno e grande porte vem dando muita atenção a esta atividade, inclusive à contratação de gerentes para o controle desta área (Ballou, 2006, p. 149).

2.4 ROTEIRIZAÇÃO

A capacidade de planejamento antecipado e o seu cumprimento rigoroso permitem que a passagem do estoque pela instalação seja o mais breve possível. Quando há pouca coordenação, com falta de sincronismo entre os recebimentos das cargas, será necessário maior espaço para manter o estoque e os veículos poderão ter que aguardar maior tempo para ter sua carga completada. Para que as entregas possam ser feitas de maneira otimizada, deve-se utilizar um processo de planejamento prévio das entregas, através de um roteiro, considerando a distância dos percursos e o tempo necessário para a entrega. Esse processo se chama roteirização e é descrito da seguinte forma:

“O processo tradicional de roteirização dos veículos de coleta e de entrega se baseia na experiência do funcionário da distribuição. Com base na prática de muitos anos, e conhecendo as condições viárias e de tráfego da região atendida, o funcionário define os roteiros, indicando o número e a sequência de clientes a serem visitados em cada percurso. Nesse ramo, é muito comum a necessidade da contratação de um profissional que conheça bem a região a ser atendida, para que o mesmo possa utilizar seus conhecimentos para a realização e montagem de rotas mais dinâmicas e eficazes”. (POZO, 2001, p. 190)

As análises de transporte estão focalizadas na roteirização e na programação dos equipamentos de transporte para aperfeiçoar a utilização dos veículos e dos motoristas, buscando atender melhor às exigências dos serviços aos clientes. Como, por exemplo, um melhor atendimento, que geraria uma maior satisfação por parte dos consumidores e também uma redução significativa dos custos fixos. Dessa forma, percebe-se que a roteirização é uma ferramenta efetiva para identificação e análise de oportunidades que permitem, por meio de um planejamento bem elaborado, a gestão, o acompanhamento e a redução dos custos logísticos e melhoria do nível de serviço (Bowersox, Closs e Cooper, 2002, p. 415).

Como objetivos principais, o processo de roteirização visa propiciar um serviço de alto nível aos clientes, mantendo os custos operacionais e de capitais tão baixos quanto possível (Novaes, 2007, p. 303).

A roteirização informatizada é uma ferramenta moderna no combate aos custos e otimização do nível de serviço. Na atualidade, a excelência nas entregas tem sido um fator importante na escolha de fornecedores, sendo que uma boa roteirização contribui decisivamente para uma logística enxuta.

Uma das limitações observadas nas empresas brasileiras, quanto às possibilidades de evolução em termos logísticos, é sua estrutura organizacional. A clássica divisão da empresa em setores girando em torno de atividades como manufatura, vendas ou transporte não permite o tratamento sistêmico e por processo das operações logísticas. (Novaes, 2001)

O propósito de maior coleta, manutenção e processamento de dados no âmbito de uma empresa é sua utilização no processo decisório, que vai de medidas estratégicas a operacionais, com isso facilitando as operações componentes do seu negócio (Ronald H. Ballou, 2006, p. 133).

3. DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

3.1 TFD – TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO

O Tratamento Fora de Domicílio – TFD, instituído pela Portaria nº 55 da Secretaria de Assistência à Saúde (Ministério da Saúde), é um instrumento legal que visa garantir, através do SUS, tratamento médico a pacientes portadores de doenças não tratáveis no município de origem por falta de condições técnicas.

Assim, o TFD consiste em uma ajuda de custo ao paciente, e em alguns casos, também ao acompanhante, encaminhados por ordem médica à unidades de saúde de outro município ou Estado da Federação, quando esgotados todos os meios de tratamento na localidade de residência do mesmo, desde que haja possibilidade de cura total ou parcial, limitado no período estritamente necessário a este tratamento e aos recursos orçamentários existentes.

Destina-se a pacientes que necessitem de assistência médico-hospitalar cujo procedimento seja considerado de alta e média complexidade eletiva.

O município de Mafra tem discutido a algum tempo sobre possibilidade técnica para implantação de alta complexidade no município, já que segundo análise

do Ministério da Saúde, Mafra contempla alguns requisitos que podem leva-lo a conseguir tal intento.

O que este programa oferece:

- Consultas, tratamento ambulatorial, hospitalar / cirúrgico previamente agendado;
- Passagens de ida e volta - aos pacientes e se necessário a acompanhantes, para que possam deslocar-se até o local onde será realizado o tratamento e retornar a sua cidade de origem;
- Ajuda de custo para alimentação e hospedagem do paciente e/ou acompanhante enquanto durar o tratamento.

O TFD pode ser autorizado nas seguintes situações:

- Para pacientes atendidos na rede pública, ambulatorial e hospitalar, conveniada ou contratada do SUS;
- Quando esgotados todos os meios de tratamento dentro do município;
- Somente para municípios referência com distância superior a 50 km do município de destino em deslocamento por transporte terrestre ou fluvial, e 200 milhas por transporte aéreo;
- Apenas quando estiver garantido o atendimento no município de destino, através do aprazamento pela Central de marcação de Consultas e Exames especializados e pela Central de Disponibilidade de Leitos;
- Com exames completos, no caso de cirurgias eletivas; e Com a referência dos pacientes de TFD explicitada na Programação Pactuada Integrada – PPI de cada município e na programação Anual do Município/Estado.

O TFD pode ser não autorizado nas seguintes hipóteses:

- Para procedimentos não constantes na tabela do SIA e SIH/SUS;
- Tratamento para fora do país;
- Para pagamento de diárias a pacientes durante o tempo em que estiverem hospitalizados no município de destino;

- Em tratamentos que utilizem procedimentos assistenciais contidos no Piso de Atenção Básica (PAB) ou em tratamentos de longa duração, que exijam a fixação definitiva no local do tratamento;
- Quando não for explicitado na Programação Pactuada Integrada – PPI dos municípios a referência de pacientes em Tratamento Fora de Domicílio;
- Para custeio de despesa de acompanhante, quando não houver indicação médica ou para custeio de despesas com transporte do acompanhante, quando este for substituído.

Para obter o tratamento fora do domicílio

Laudo médico, próprio do TFD, devidamente preenchido pelo médico solicitante (médico assistente do município), onde será informada a necessidade do paciente realizar o tratamento fora de sua cidade. O laudo deverá ser preenchido em 03 (três) vias, à máquina ou letra de forma, no qual deverá ficar bem caracterizada a problemática médica do paciente.

Para que seja concedido, o pedido deve ser formalizado em processo próprio e constituído com os seguintes documentos:

- Pedido de Tratamento Fora de Domicílio – PTFD;
- Laudo Médico;
- Xerox de Exames;
- Xerox de: Certidão de nascimento (paciente menor de idade) ou carteira de identidade (paciente maior de idade); e
- Xerox da carteira de identidade do acompanhante se houver.

Este laudo será encaminhado à Coordenação do TFD do Estado onde será avaliado por equipe médica especializada, que determinará o local do tratamento, sendo este realizado na localidade mais próxima de origem do paciente.

Compete ao médico da Unidade, analisar e justificar a necessidade do acompanhamento, de acordo com o caso e as condições do paciente. No entanto, a Comissão Regional poderá indeferir tal necessidade, depois de analisada a justificativa apresentada. A autorização de acompanhamento que não seja imprescindível poderá estar prejudicando o orçamento necessário à autorização para outros pacientes.

Nos casos de procedimentos constantes da Central Nacional de Regulação de Alta Complexidade - CNRAC compete ao Ministério da Saúde o direcionamento dos pacientes.

3.2 COLETA DE DADOS

O formulário foi uma forma informal, através do inventário disponível, destinado à coleta de dados resultantes e seu preenchimento foi feito pelo próprio setor através dos formulários e planilhas. Entre as vantagens que o formulário apresenta, podemos destacar a assistência direta do investigado, a possibilidade de através de e-mail foi enviado também os dados.

Foi realizada uma pesquisa exploratória onde será mostrada a situação atual do setor de TFD – tratamento Fora de Domicílio pesquisando as situações que ocorrem, procurando através de coleta de dados por meio dos instrumentos que estão sendo utilizados no momento como, por exemplo: planilhas e formulários de controle das viagens e demais dados necessários ao controle e guarda de dados. Será feito levantamento de dados bibliográficos sobre os assuntos pertinentes atividade e teorização dos conceitos sobre logística, administração e demais assuntos.

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa buscando traduzir em números as opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas.

3.3 DAS DESPESAS DO TFD

As despesas permitidas pelo TFD são aquelas relativas a transporte (aéreo, terrestre e fluvial), ajuda de custo para alimentação com ou sem pernoite, para paciente e acompanhante (se houver), bem como as despesas com urna, preparação e traslado do corpo, em caso de óbito em TFD. Fica estabelecido que as despesas relativas ao deslocamento de usuários do SUS para tratamento fora do Estado/Município de residência possam ser cobradas por intermédio do Sistema de Informações Ambulatoriais – SIA/SUS, observado o teto financeiro definido para cada Município e/ou Estado, em conformidade com a sistemática operacional instituída através dos parâmetros do financiamento para TFD, bem como a

disponibilidade orçamentária do Município/Estado. O valor para cobrir as despesas de transporte é calculado com base no valor unitário pago a cada 50 km para transporte terrestre, 20 milhas náuticas para transporte fluvial, ou 200 milhas para transporte aéreo percorrido.

Fica vedado o pagamento de TFD em deslocamentos menores de 50 km de distância, bem como o pagamento de ajuda de custo a pacientes encaminhados por meio de TFD que permaneçam hospitalizados no município de atendimento.

As Secretarias de Saúde, do Estado e do Município, não se responsabilizarão por despesas geradas por permanência indevida do paciente e/ou acompanhante.

Os comprovantes das despesas relativas ao TFD deverão ser organizados e disponibilizados aos órgãos de controle do SUS. A Secretaria Estadual e as Secretarias Municipais de Saúde deverão organizar o controle e a avaliação do TFD, de modo a manter disponível a documentação comprobatória das despesas.

3.3.1 Das Despesas Intraestaduais

A responsabilidade pelo pagamento de despesas de *TFD intraestaduais* é atribuída às Secretarias Municipais de Saúde, que utilizarão a Tabela de Procedimentos do Sistema SUS - SIGTAP devendo ser autorizadas de acordo com a disponibilidade orçamentária dos Municípios.

3.3.2 Das despesas interestaduais

A responsabilidade pelo pagamento de despesas de *TFD interestaduais* é atribuída à Secretaria de Estado da Saúde - SES, por meio das Gerências Regionais de Saúde, que utilizarão a Tabela de Procedimentos do Sistema SUS - SIGTAP, devendo ser autorizada de acordo com a disponibilidade orçamentária do Estado através de adiantamento básico.

Os valores do adiantamento básico devem ser solicitados pelas GERSAS à GECOR. Quando realizado a prestação de contas, referente ao adiantamento básico, o mesmo deverá ser encaminhado à Gerência de Contabilidade - GECOT, com cópia do relatório à GECOR.

3.3.3 Das Despesas com óbitos

A responsabilidade pela contratação dos serviços em caso de óbito de pacientes em *TFD interestadual* será do Gestor Estadual, através da SUR. E em casos de óbito em *TFD intraestadual*, a responsabilidade será do Município através da Secretaria Municipal de Saúde.

As despesas permitidas no caso de óbito são de preparação do corpo, urna e traslado até a cidade de origem. Despesas relativas a flores, túmulo, emolumentos cartoriais, dentre outros, não estão contemplados pelo programa de TFD.

Nos casos de óbito em *TFD interestadual*, em que não for realizado contato prévio a contratação do serviço com a SUR, só será efetuado pagamento das despesas descritas neste Manual, mediante avaliação da equipe técnico/administrativa, e desde que o valor seja compatível aos orçamentos de serviços prestados à SES, considerando, também, que a funerária não tenha pendências junto aos órgãos públicos (negativas de FGTS, INSS, etc.).

O valor da ajuda de custo é baseado na tabela do SIGTAP (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS) que tem os valores reajustados pela Portaria MS/SAS nº 2.848/07, com os seguintes códigos:

Tabela 1 - Tabela de Procedimentos

| Código | Descrição | Valor Tabela SIGTAP |
|-----------------------|---|----------------------------|
| 08.03.01.006.0 | Ajuda de custo para alimentação/pernoite de acompanhante (para Tratamento CNRAC) | R\$ 24,75 |
| 08.03.01.002.8 | Ajuda de custo para alimentação de paciente do TFD sem pernoite | R\$ 8,40 |
| 08.03.01.004.4 | Ajuda de custo para alimentação/pernoite de acompanhante | R\$ 24,75 |
| 08.03.01.001.0 | Ajuda de custo para alimentação/pernoite de paciente do TFD | R\$ 24,75 |

| | | |
|----------------|--|------------|
| 08.03.01.003.6 | Ajuda de custo para alimentação/pernoite de paciente (p/Tratamento CNRAC) | R\$ 24,75 |
| 08.03.01.005.2 | Ajuda de custo para alimentação de acompanhante s/pernoite | R\$ 8,40 |
| 08.03.01007.9 | Unidade de remuneração p/ deslocamento de acompanhante por transporte aéreo (cada 200 milhas) | R\$ 181,50 |
| 08.03.01.008.7 | Unidade de remuneração p/ deslocamento de paciente por transporte aéreo (cada 200 milhas) | R\$ 181,50 |
| 08.03.01.009.5 | Unidade de remuneração p/ deslocamento de acompanhante por transporte fluvial (cada 27 milhas náuticas); | R\$ 3,70 |
| 08.03.01.011.7 | Unidade de remuneração p/ deslocamento de paciente por transporte fluvial (cada 27 milhas náuticas) | R\$ 3,70 |
| 08.03.01.010.9 | Unidade de remuneração p/ deslocamento de acompanhante por transporte terrestre (cada 50 KM de distância) | R\$ 4,95 |
| 08.03.01.012.5 | Unidade de remuneração p/ deslocamento de paciente por transporte terrestre (cada 50 KM de distância) | R\$ 4,95 |
| 08.03.01.013.3 | Unidade de remuneração p/ deslocamento interestadual de acompanhante por transporte aéreo (cada 200 milhas)- (p/ tratamento CNRAC) | R\$ 181,50 |
| 08.03.01.014.1 | Unidade de remuneração p/ deslocamento interestadual de paciente por transporte aéreo (cada 200 milhas)- (p/ tratamento CNRAC) | R\$ 181,50 |

3.3.4 Do Reembolso

A SES poderá reembolsar ao paciente as despesas relacionadas à ajuda de custo, auxílio funeral (urna, traslado e preparação do corpo) e passagens nos deslocamentos interestaduais, quando:

O paciente possuir o processo de TFD autorizado previamente, em que não houver tempo hábil para formalizar a devida solicitação, comprovando a urgência, o que deverá ser providenciado após o retorno e encaminhado via GERSA ao TFD/Estadual,

a) Falta de emissão de passagens pela empresa licitada, referente aos trajetos necessários para atendimento.

A avaliação do reembolso será procedida pelo TFD/Estadual mediante a

apresentação dos seguintes documentos:

- 1) Cópia dos bilhetes (ida e volta) das passagens rodoviárias/aéreas (os valores serão avaliados com base na tabela da empresa licitada pela SES);
- 2) Cópia do Processo de TFD (Pedido e Laudo) devidamente autorizado no período em questão;
- 3) Ofício de solicitação de Reembolso e formulário de Reembolso (em anexo) assinados pelo Gerente Regional de Saúde, com justificativa dos motivos que geraram as dificuldades de pagamento;
- 4) Comprovante de agendamento e declaração da Unidade Prestadora informando o período de tratamento ambulatorial;
- 5) Cópia do CPF e dados bancários do responsável pelo recebimento (CPF/Identificação do Banco/Agência/ nº da conta corrente);
- 6) No caso de óbito, nota fiscal original contendo apenas urna, preparação corpo e trajeto do traslado em km (os valores serão avaliados com base nos orçamentos realizados pela SES).

Os casos não previstos serão analisados administrativamente e/ou submetidos à apreciação da Comissão Médica de Regulação Estadual.

3.3.5 Recursos Humanos

Os recursos humanos neste damos ênfase naqueles que levam os pacientes em todas as direções onde o tratamento se encontra, são eles que diuturnamente com responsabilidade e presteza conduzem e trazem novamente aos seus lares as pessoas e seus acompanhantes de seus respectivos tratamentos.

Segue abaixo tabelas com valores das despesas salariais do ano de 2015 e respectivos níveis salariais por classe.

Tabela 2 – Vencimentos, H. Extras e Diárias em 2015.

| Mês | Vencimentos | H. Extras | Diárias | Totais |
|-----------|-------------|-----------|-----------|------------------|
| Janeiro | 25.772,55 | 7.256,25 | 4.745,00 | 37.773,80 |
| Fevereiro | 31.813,42 | 6.702,35 | 6.740,00 | 45.255,77 |
| Março | 32.189,09 | 6.934,55 | 16.075,00 | 55.198,64 |
| Abril | 27.371,99 | 6.331,32 | 9.335,00 | 43.038,31 |
| Maior | 29.234,19 | 7.989,79 | 20.668,00 | 57.891,98 |

| | | | | |
|---------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| Junho | 42.411,10 | 7.686,98 | 45.857,00 | 95.955,08 |
| Julho | 28.062,67 | 8.165,32 | | 36.227,99 |
| Agosto | 28.591,20 | 7.626,74 | 7.048,50 | 43.266,44 |
| Setembro | 27.815,66 | 8.278,13 | 34.204,00 | 70.297,79 |
| Outubro | 28.966,08 | 8.286,90 | 7.946,50 | 45.199,48 |
| Novembro | 28.571,13 | 7.217,46 | 19.559,50 | 55.348,09 |
| Dezembro | 31.338,33 | 8.319,68 | 46.792,00 | 86.450,01 |
| Totais | 362.137,41 | 90.795,47 | 218.970,50 | 671.903,38 |

Fonte: Prefeitura Municipal de Mafra / Setor de Recursos Humanos

Tabela 3 – Níveis salariais

| Motorista | Nível | Vencimento / Base |
|-----------|-------|-------------------|
| 1 | 51/6 | R\$ 1.581,20 |
| 2 | 50/10 | R\$ 1.142,32 |
| 3 | 51/3 | R\$ 1.447,03 |
| 4 | 50/14 | R\$ 1.285,69 |
| 5 | 54/9 | R\$ 1.393,01 |
| 6 | 51/9 | R\$ 1.727,82 |
| 7 | 51/1 | R\$ 1.363,96 |
| 8 | 51/7 | R\$ 1.628,62 |
| 9 | 50/9 | R\$ 1.109,06 |
| 10 | 51/8 | R\$ 1.677,50 |
| 11 | 51/5 | R\$ 1.535,16 |
| 12 | 51/2 | R\$ 1.404,89 |
| 13 | 51/6 | R\$ 1.581,20 |
| 14 | 50/13 | R\$ 1.248,24 |
| 15 | 50/15 | R\$ 1.324,26 |
| 16 | 51/7 | R\$ 1.628,62 |
| 17 | 51/4 | R\$ 1.490,44 |
| 18 | 51/16 | R\$ 1.581,20 |
| 19 | 51/7 | R\$ 1.628,62 |

Fonte: Prefeitura Municipal de Mafra / Setor de Recursos Humanos

3.4 SISTEMA DE INFORMAÇÃO LOGÍSTICO E TECNOLOGIA

3.4.1 Gestão e a Tecnologia da Informação

A atividade seja ela qual for está envolvida em informações que precisam transitar entre um setor e outro de uma empresa ou repartição pública seja por meio manual ou tecnológico. Segundo Ronald H. Ballou em seu livro Gerenciamento da

Cadeia de Suprimentos / Logística Empresarial as atividades relacionadas com preparação, transmissão, recebimento e atendimentos dos pedidos representam entre 50 e 70% do tempo do ciclo do pedido ou solicitação de serviço numa indústria,

Aqui no caso pode ser referenciado para o setor público, no caso Secretaria de Saúde de Mafra - SC que onde por observações está tecnológico na transmissão das informações aos órgãos de Estado, no caso Secretária Estadual ou Ministérios da Saúde onde são informados os pacientes para geração dos recursos segundo as quantidades de pessoas e traslado.

O estudo levantou que quando se trata de informações entre os setores de saúde de Mafra-SC as informações são ora por tecnologia como falada acima, mas manual ex.: planilhas, formulários. Se utilizados em rede interligada as informações estariam em tempo real disponível a todos e muitas informações estão dispersas e não agrupadas sendo difícil o levantamento de informações sobre andamento ou mesmo para um melhor gerenciamento das ações, melhorias, etc.

O sistema adotado e em fase de implantação é o OLOSTEC – Sistema para Gestão da Saúde Pública situada em Jaraguá do Sul – SC.

A Olostech foi fundada em 1992. Possui experiência empresarial, habilidade para compreender o negócio de seus clientes e capacidade para transformar esse conhecimento em ferramentas úteis na gestão de suas operações e nos processos de tomada de decisão.

Atua desde 2003 com o modelo SaaS (Software as a Service Ofertam ao mercado serviços de software e de consultoria a partir da Plataforma Webtech e de nossa infraestrutura de processamento de dados. O sistema oferece:

- Atende a unidade de saúde em suas necessidades de organização, como agenda, cadastro de pacientes (incluindo CNS integrado ao CADSUS), e registro de atendimentos. Gerencia processo de atendimento e registro (RAAS) em unidades CAPS.
- Implementa ferramentas para humanização do serviço de Pronto Atendimento, permitindo acolher e classificar o risco dos pacientes implementando protocolo de cores por gravidade.
- Informatiza consultórios de atendimento com prontuário único (PEP) do paciente para toda a rede e disponibiliza ferramentas de produtividade para o

profissional (curvas da OMS, odontograma, etc.), além de integrar serviços de encaminhamento de pacientes ao especialista, exames e farmácia básica.

- Gerencia a Regulação de consultas especializadas, exames e cirurgias controlando todas as fases do processo de agendamento com total controle de Listas de Espera, incluindo de priorização de pacientes.
- Gerencia processos de internação hospitalar eletiva e de urgência; implementa controle de leitos; estabelece processo de busca ativa de pacientes e auditoria de serviços hospitalares.
- Disponibiliza o extrato de atendimentos de pacientes que lista todos os atendimentos recebidos na rede, bem como materiais e medicamentos a ele dispensados e transportes realizados. Emite relatórios gerenciais de todas as frentes informatizadas.
- Informatiza o ESF (Estratégia da Saúde da Família) disponibilizando ferramentas para gerenciar cadastros, PMA2 e SSA2 Digital. Integra cadastro de usuários ao cadastro de famílias, permitindo uma visão integrada de atendimento do usuários SUS na rede. Sistema para tablet e netbook para Agente Comunitário de Saúde e integração com e-SUS.
- Envia torpedo (SMS) a pacientes como lembrete de compromissos agendados, como alerta ao vencimento de determinada receita de medicamento de uso contínuo ou como alerta de cadastro desatualizado.

Gerencia materiais de consumo e medicamentos, informatizando almoxarifados e dispensários com grade de pedido online. Gerencia validade de materiais e medicamentos.

- Informatiza Dispensários e Identifica medicamentos dispensados por paciente. Controla receita de medicamentos de uso contínuo, faz escrituração e gera livros e balanço de medicamentos controlados.
- Cria rede de notificação de gestantes e permite o monitoramento dessas notificações objetivando garantir a saúde das pacientes no seu período gestacional, além da saúde da criança.
- Cria rede de notificação de agravos, permitindo o monitoramento de casos de H1N1, Dengue e outras situações de crise no município.
- Gerencia transporte de pessoas em viagens e serviço de leva-e-traz, tanto de pacientes quanto de funcionários. Controla frota de veículos e processos serviços, manutenção preventiva e garantia de peças e serviços registrados.

- Gerencia notificação de problemas de manutenção nas unidades permitindo a emissão de ordens de serviço e controle da qualidade dos serviços realizados.
- Permite consulta de relatórios e extrato de atendimento de paciente via dispositivos móveis (celulares, tablets, etc.).
- Incorporar a foto do paciente ao cadastro e exibi-la em telas de atendimento e em telas de consulta de informações do paciente.
- Disponibiliza tecnologia de identificação do paciente por processo biométrico.

Tem como funcionalidades:

Todos os benefícios de uma aplicação totalmente WEB

- Fácil de implantar
- Fácil de usar
- Baixo investimento
- Baixo custo operacional

Necessita somente de computadores (LINUX ou WINDOWS) conectados à Internet por banda larga, linha discada ou modem celular. Esta em fase de implantação na cidade de Piracicaba / SP - 20/10/2010 e em Jaraguá do Sul / SC - 20/06/2011

3.5 TRANSPORTE

3.5.1 Veículos

Os veículos são todos pertencentes ao município e sendo que em alguns momentos conforme a demanda ou problemas não previstos outros órgão que não da saúde fornecem suporte logístico.

O transporte de pacientes do município de Mafra – SC tem sido feito no momento com veículos oficiais da SMS – Secretaria Municipal de Saúde e emprestados de outros setores quando a demanda sobe, sendo para os mais cantos do Estado de Santa Catarina, Estados vizinhos e agora com o Programa Fila Zero lançado pela administração municipal que é um desafio ousado no Brasil de hoje,

onde o paciente seja consultas, cirurgias, exames, etc. serão deslocados para qualquer lugar do país onde haja os procedimentos que sejam necessários.

Segue abaixo relação dos veículos disponíveis a atividade do TFD – Tratamento Fora de Domicílio:

Tabela 4 – Descrição dos Veículos

| Quantidade | Veículos | Quantidades de lugares |
|-------------------|---------------------|-------------------------------|
| 02 | Automóveis | 04 |
| 01 | Mini Van | 11 |
| 02 | Vans | 15 |
| 01 | Micro ônibus | 28 |
| 02 | Ambulâncias | 01 |
| 08 | Totalizações | 59 |

Fonte: Prefeitura Municipal de Mafra - SC / Secretaria de Saúde

Tabela 5 - Deslocamentos de pacientes em carro oficial para TFD em 2015

| Município | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
|------------------|--------------|---------------|-----------------|----------------|-----------------|-----------------|--------------|
| Florianópolis | | | | 28 | 28 | | 56 |
| Curitiba | | | | 31 | 21 | | 52 |
| Joinville | | | | 23 | 43 | | 66 |
| Jaragua do Sul | | | | 22 | 26 | | 48 |
| Timbó | | | | 12 | 9 | | 21 |
| Blumenau | | | | 4 | 9 | | 13 |
| Porto União | | | | 24 | 22 | | 46 |
| Canoinhas | | | | 8 | 6 | | 14 |
| Caçados | | | | 1 | 1 | | 2 |
| Lages | | | | 1 | 0 | | 1 |
| Santa Cecília | | | | 2 | 2 | | 4 |
| Campo Alegre | | | | 3 | 5 | | 8 |
| Penha | | | | 1 | 0 | | 1 |
| São Bento do Sul | | | | 4 | 0 | | 4 |
| Campo Largo/PR | | | | 1 | 3 | | 4 |

| | | | | | | | |
|-------------------------|--|--|--|---|-----|-----|-----|
| Papanduva | | | | 1 | 1 | | 2 |
| Itaiópolis | | | | 2 | 1 | | 3 |
| Monte Castelo | | | | 1 | 1 | | 2 |
| Porto Alegre/RS | | | | 1 | 0 | | 1 |
| Penha | | | | 1 | 0 | | 1 |
| Rio Negrinho | | | | 1 | 1 | | 2 |
| Joaçaba | | | | 1 | 0 | | 1 |
| Gaspar | | | | 1 | 0 | | 1 |
| Campina Grande do Su/PR | | | | 2 | 3 | | 5 |
| Itajaí | | | | 0 | 1 | | 1 |
| Somas | | | | | 176 | 183 | 359 |

Tabela 5 - Deslocamentos de pacientes em carro oficial para TFD em 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Mafra/SC

Quanto às informações constantes na tabela, em virtude da mudança de chefia ou supervisão no setor não fomos informados dos problemas administrativos e somente fomos ter alguma ciência ao coletarmos os dados de que o responsável anterior foi afastado de suas funções por problemas administrativos e não se consegue ter acesso as informações referentes ao período de janeiro a setembro. Também outro problema surgido no mês de dezembro foi a recusa do responsável atual dos motoristas em apresentar os dados deste mês sem qualquer justificativa, já que havia sido previamente combinado e acertado entre Secretaria de Administração e Secretaria de Saúde do Município e sendo que ambos em face ao problemas não deram qualquer retorno ou respaldo ao acontecido mesmo tendo sido solicitado via e-mail junto ao Secretário de Administração e o mesmo tendo informado que a autorização verbal anteriormente dada em reunião bastaria. Assim fico impossibilitado em virtude dos fatos apresentar o que ao menos teria sido garantido que seria os três últimos meses de 2015.

A responsabilidade pelo custeio do TFD

A responsabilidade pelo pagamento de despesas com deslocamentos interestaduais será, via de regra, atribuído às Secretarias Municipais de Saúde, que

utilizarão a Tabela de Procedimentos do Sistema de Informações Ambulatoriais – SIA/SUS, devendo ser autorizadas de acordo com a disponibilidade orçamentária dos municípios.

Entretanto, quando o deslocamento for realizado a partir de um município não habilitado em Gestão Plena do Sistema Municipal (GPSM), isto é, esteja habilitada apenas na Gestão Plena da Atenção Básica (GPAB), a competência para a concessão do benefício é da Regional de Proteção Social/SESPA a qual o município está vinculado.

Já a responsabilidade pelo pagamento de despesas nos deslocamentos interestaduais será atribuída à Secretaria de Estado da Saúde, que também utilizará a Tabela de Procedimentos do Sistema de Informações Ambulatoriais SIA/SUS, devendo ser autorizadas de acordo com a disponibilidade orçamentária do Estado.

Regras para recebimento da ajuda de custo pelo acompanhante.

Somente será admitido o custeio das despesas com acompanhante nos casos de cirurgia de médio e grande porte nos casos de paciente menor de idade, de idosos acima de 60 anos ou paciente impossibilitado em razão da doença, de adotar por seus próprios meios as providências necessárias ao seu tratamento.

O acompanhante deverá ser membro da família, estar em pleno gozo da saúde, ser maior de 18 anos e menor de 60 anos, e ter disponibilidade para permanecer acompanhando seu paciente até o término do tratamento. Caso não seja necessária a permanência do acompanhante, este deverá retornar à localidade de origem após a internação do paciente, e quando da alta do paciente se houver necessidade de acompanhante para seu retorno, o órgão de TFD de origem providenciará o deslocamento do mesmo.

O acompanhante também terá direito à diária quando o paciente estiver com o processo de TFD na Regional e encontrar-se hospitalizado Belém, muito embora, o paciente NÃO tenha esse direito.

O eventual acompanhante terá direito a ajuda de custo no pagamento das despesas com transporte, pernoite e alimentação conforme Tabela SIA/SUS;

Formalização para acesso ao TFD

O paciente formaliza o pedido junto à Unidade Mista ou Secretaria Municipal de Saúde, e esta encaminha os processos de TFD à Regional de Proteção Social - RPS competente, acompanhado de ofício, através de malote, ou responsável, não havendo, deste modo, necessidade do paciente ou acompanhante de comparecer na Regional.

Conheça os caminhos pelos quais seguirá o processo de autorização do TFD.

O processo (pedido acompanhado dos demais documentos necessário) deverá ser encaminhado à Regional em até 10 (dez) dias antes de sua consulta marcada.

A resposta ao pedido de TFD (autorizado ou negado) será enviada ao órgão de origem, através de ofício, fax ou por telefone.

Em casos especiais (urgência/emergência), o Diretor ou Responsável pela Unidade Mista deverá solicitar autorização de TFD por telefone e contatar com a Comissão Regional na qual o mesmo deverá informar todos os itens do laudo Médico em questão. Após análise da Comissão Regional, o mesmo terá o prazo de 48 horas para encaminhar o processo.

Caso haja necessidade do paciente ser tratado fora do Estado, a Comissão Regional informa a Central de TFD/DDASS, ficando esta responsável pela análise e providências.

As diárias são pagas a todos os motoristas ou funcionários públicos envolvidos no caso aqui TFD – Tratamento Fora de Domicílio, que em suas viagens tendo as despesas com alimentação e estadia quando os casos cobertos por valores.

O transporte está diretamente ligado à distribuição física, pois quando alguém necessita realizar uma distribuição, deverá decidir por qual modal viário ela será transportada. Entende-se por modal, a forma de transportar produtos, seja por meio de transporte rodoviário, ferroviário, hidroviário, aeroviário ou duto viário. O transporte é um considerável elemento de custo em toda a atividade comercial, ainda mais em um país com as dimensões continentais do Brasil. O objetivo da distribuição física é a máxima qualidade nos serviços de transportes, pagando o menor preço possível e otimizando o investimento em estoque de produto acabado.

4 PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO – PROBLEMA

4.1 PROPOSTA TÉCNICA

- Implantação de sistema informatizado para registro, consolidação, análise, gestão dos dados e controle,
- Acompanhamento dos processos de trabalho de TFD;
- Padronização de procedimentos no que diz respeito ao pessoal.

4.1.1 Plano de implantação

- Estudar entre os diversos sistemas disponíveis no mercado e por experiências de outros locais, municípios e órgãos a melhor opção de sistema;
- Reunir um grupo de pessoas dos setores envolvidos buscando levantar das dificuldades encontradas no setor,

4.1.2 Recursos

- Os recursos serão oriundos do orçamento do município, podendo buscar no ministério da saúde inclusão deste tema em convênios ou planos disponíveis.

4.1.3 Resultados Esperados

- Espera-se o melhor controle das atividades de transporte dos pacientes com a implantação de sistema gestão das informações;
- Com a roteirização a meta esperada seja o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, sejam eles pessoal, veículos, otimizando as rotas.

4.1.4 Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas

- Resistência dos membros envolvidos a mudanças que possam ser implantadas;
- Não treinamento adequado ao novo sistema.

CONCLUSÃO

Com este é possível perceber e identificar a enorme complexidade do atendimento fora de domicílio, visto que não envolve apenas a questão financeira que é muito importante para se manter toda esta estrutura. A estrutura depende de um esforço coletivo, organização, planejamento, pessoal focado e preparado para tal atividade.

Nos levantamentos, pesquisas, questionários podemos ver funcionários empenhados, dedicados a fazer o melhor pelo sucesso das inúmeras etapas que são necessárias para levar os pacientes ao seu destino e trazê-los aos seus lares, desde o Administrativo até aquele que guia o veículo do TFD – Tratamento Fora de Domicílio.

A indicação de meios tecnológicos mais específicos nos levam a indicar que uma empresa ou tecnologia seja implantada, ao nos depararmos com este tema já tivemos a confirmação do início de uma implantação que ficará a cargo da Olostech que já começa seus testes e fases de implementação e instalação.

Podemos também destacar que a hipótese de roteirização já começa a surgir como uma possibilidade de estudos por parte do órgão que já vê como uma metodologia e tecnologia que virá para colocar uma luz nas atividades de transporte e logística dentro do TFD.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLOU, Ronald H. **Logística empresarial: transporte, administração de materiais e distribuição física**. São Paulo: Atlas, 1993.

BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial: Transporte, Administração de Materiais e Distribuição Física**. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman. 2006.

BALLOU, Ronald H. "**Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos / Logística Empresarial**". 5º ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. **Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento**. São Paulo, Atlas, 2001

CHOPRA, S. MEINDL, P. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos : estratégia, planejamento e operação**. São Paulo. Prentice Hall, 2003.

FARIA, A. C. **Custos Logísticos: Uma Abordagem na Adequação das Informações de Controladoria à Gestão da Logística Empresarial**. 2003. 220 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, 2003.

FLEURY, Paulo F.; WANKE, Peter; FIGUEIREDO, Kleber Fossati. **Logística Empresarial: a perspectiva Brasileira**. São Paulo: Atlas, 2000.

FARIA A. C; COSTA, M. F. G. **Gestão de custos logísticos**. São Paulo, Atlas, 2005.

GOMES, C. F. S. **Gestão da cadeia de suprimento integrada: Tecnologia da Informação**. São Paulo: Cengage Learning, 2004.

HANNAH, KJ; BALL, MJ; EDWARDS, MJA. **Introdução à Informática em Enfermagem**. 3ed. São Paulo: Artmed, 2009.

MANUAL DE NORMATIZAÇÃO DO TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO – TFD do Estado de Santa Catarina. **Secretaria de Estado da Saúde**. Superintendência de Serviços Especializados e Regulação. Gerência dos Complexos Reguladores. 2013.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008. 370 p.

MUGNOL, K. C. U. **Sistemas de informação como ferramenta de cálculo e gestão de custos em laboratórios de análises clínicas**. J Bras PatolMed Lab, v. 42, n. 2, p. 95- 102, abril 2006

NOVAES, Antônio Galvão. **Gerenciamento de Transportes e Frotas** (com A. Valente e E. Passaglia). São Paulo: Editora Pioneira, 1997.

NOVAES GALVÃO. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição**, RJ, Elsevier, 2007.

POZO, H.. **Administração de recursos materiais e patrimoniais**. São Paulo: Atlas, 2001.

ROSA, A. **Gestão do Transporte na Logística de Distribuição Física: uma análise da minimização do custo operacional**. 2007. 90f. Dissertação (Mestrado em Gestão em Desenvolvimento Regional do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração) - Universidade de Taubaté, Taubaté, 2007.

<http://www.olostech.com/index.php/sistema/casos>. OLOSTEC. Sistema de SaúdeTech. Acesso em 22/02/2016 às 10:39.

APÊNDICE A

Questionário

- 1 - Quantas pessoas são atendidas e quais suas respectivas doenças?

- 2 - Há quanto tempo está funcionando o TFD em Mafra?

- 3 - Qual o papel da prefeitura para o correto funcionamento do programa?

- 4 - Existe algum local ou secretária responsável onde centralize as informações do TFD para o melhor aproveitamento do programa?

- 5 - Caso exista, quais as maiores necessidades enfrentadas para a execução do TFD em Mafra - SC?

- 6 - Qual o seu ponto de vista sobre p TFD em Mafra? Gostaria de saber e lado positivo e o negativo na visão do Assistente Social?

- 7 - Quais as etapas para o cadastramento do usuário no Programa de Tratamento Fora do Domicílio - TFD?

- 8 - Qual o valor pago pelo programa aos seus usuários e acompanhantes?

- 9 - Quantas pessoas fazem parte da equipe do TFD em Mafra e quais são suas funções?

ANEXO A

DECRETO N° 3835, DE 12 DE MARÇO DE 2015

REGULAMENTA E FIXA VALORES DE DIARIAS AOS AGENTES POLÍTICOS E SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE MAFRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município de Mafra, e a Lei Municipal n° 2.375, de 15 de dezembro de 1999, e Considerando a edição do Decreto-Legislativo n° 03, de 04 de março de 2015, que regulamenta e fixa valores de diárias aos agentes políticos do Poder Executivo do Município de Mafra e dá outras providências, em especial a percepção de diárias do Prefeito e Vice-Prefeito, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na edição n° 1696, de 05 de março de 2015, DECRETA:

Art. 1ª Fica concedido o pagamento de diárias aos agentes políticos e servidores municipais, que se deslocarem da sede para participar de congressos, cursos, painéis e demais eventos, ainda que direcionados à área política, inclusive viagens para gestionar junto às repartições públicas Federais e Estaduais e aos deputados, tanto Federais quanto Estaduais, sobre assunto de interesse municipal, obedecendo às normas estabelecidas neste decreto.

Art. 2ª Em substituição ao regime de diárias o Executivo Municipal poderá fazer ressarcimento das despesas de alimentação e pousada, mediante a apresentação dos respectivos comprovantes.

Parágrafo Único - Os valores de diária não incluem as despesas de transporte, quando utilizado veículo da frota municipal e ligações telefônicas, bem como, despesas com combustíveis e lubrificantes de veículos estranhos à Administração Pública Municipal.

Art. 3ª Os agentes políticos e os servidores municipais do Município farão us à percepção de diárias de uma só vez, quando antecipadas, de acordo com a seguinte tabela:

| Especificação | No Estado de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. | Na Capital de Santa Catarina | Outros Estados e Distrito Federal | Exterior |
|--|--|------------------------------|-----------------------------------|----------|
| Secretários | 250,00 | 350,00 | 600,00 | 907,00 |
| Demais Cargos Comissionados e Serviços Municipais. | 150,00 | 250,00 | 400,00 | 907,00 |

§ 1º Para o pagamento antecipado de diárias, quando a duração for inferior a 18 (dezoito) horas o pagamento será proporcional ao fracionamento de diária, como segue

- I - Até seis horas, 25%;
- II - Acima de seis até doze horas, 50%;
- III - Acima de doze até dezoito horas, 75%;
- IV - Acima de dezoito horas, 100%.

§ 2º O agente político ou o servidor municipal deverá prestar contas no retorno da viagem e apresentar documentos que confirmem o efetivo deslocamento e a estada no local de destino.

§ 3º Deverão ser restituídos pelo agente político ou servidor municipal, em 03 (três) dias, contados da data de retorno à sede do serviço, as diárias excedentes, tendo os mesmos a opção de autorizar desconto em folha de pagamento ou depósito em conta específica, determinada pela Secretaria Municipal de Fazenda e

Planejamento.

Art. 4ª O valor correspondente às diárias, conforme consta na tabela do artigo anterior será devido em deslocamentos justificados e previamente autorizados pelo Chefe do Poder Executivo e Secretaria de Administração.

Art. 5ª Poderá o Prefeito Municipal corrigir anualmente os valores expressos em reais do IGPM, como índice oficial constantes da tabela do art. 3² deste Decreto, utilizando-se do valor acumulado.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 05 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mafra, em 12 de Março de 2015.

Prefeito Municipal

Secretária Municipal de Administração